



RESENHA

FINCHELSTEIN, Federico. *Do fascismo ao populismo na história*. São Paulo: Almedina, 2019.**Jefferson José Queler¹**orcid.org/0000-0002-4252-6620jeffqueler@hotmail.com**Recebido em:** 7 out. 2020.**Aprovado em:** 13 abr. 2021.**Publicado em:** 17 nov. 2021.

Em tempos de ataques seguidos à democracia, em escala internacional, é muito bem-vinda a publicação no Brasil do livro *Do fascismo ao populismo na história*, do historiador argentino Federico Finchelstein. Como ele próprio afirma nos agradecimentos, trata-se de uma síntese de duas décadas de pesquisa sobre o fascismo e o populismo. Em meio ao uso muitas vezes desmedido desses conceitos nos debates políticos e na academia, o autor procura defini-los com precisão e traçar suas respectivas histórias através de circuitos transnacionais. Mais do que isso, intenta demonstrar as relações entre fascismos e populismos, ou seja, como os primeiros podem se transformar nos segundos e vice-versa. Trata-se de trabalho de alto nível e que poderia suscitar instigantes discussões na historiografia brasileira.

Finchelstein é professor da *New School for Social Research* em Nova Iorque. Possui amplo número de publicações relacionadas à história da Argentina contemporânea e do fascismo. Dois de seus livros talvez nos ajudem a compreender melhor a abordagem da obra ora analisada: *Transatlantic Fascism: Ideology, Violence and the Sacred in Argentina and Italy, 1919-1945* (2010); *The Ideological Origins of the Dirty War: Fascism, Populism, and Dictatorship in Twentieth-Century Argentina* (2014). Esses títulos evidenciam que o autor procura estabelecer laços entre a presença da violência política na história argentina do século XX e o fascismo europeu, uma abordagem transatlântica de fenômenos históricos. Em outras palavras, defende que o fascismo não se manifestou apenas em solo europeu, como também em partes da América Latina. Em *Do populismo ao fascismo na história*, Finchelstein estende esse projeto historiográfico e sustenta que ideias e práticas fascistas existiram em outras partes do globo, como Oriente Médio e Ásia. Paralelamente, no que diz respeito ao populismo, tradicionalmente identificado por muitos estudiosos somente na história de países latino-americanos, ele o vislumbra igualmente em países europeus e nos Estados Unidos, especialmente nos últimos anos.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Mariana, MG, Brasil.

O ponto de partida para Finchelstein é a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos em 2016. Tal acontecimento teria colocado em xeque a tese da excepcionalidade norte-americana, ou seja, de que regimes autoritários não poderiam se instalar naquele país. Apesar de Trump receber apoio de grupos neofascistas, o autor descarta a interpretação de que ele seja fascista; pelo menos por enquanto, dado que ainda ocorrem eleições nos Estados Unidos e o Legislativo, o Judiciário e a imprensa ali ainda possuem poder de reação aos arroubos autoritários do presidente. Finchelstein prefere então classificar a emergência do fenômeno Trump como populismo; em sua acepção, uma democracia autoritária que apareceu primeiro na Argentina no pós-Segunda Guerra Mundial. Segundo o autor, trata-se de uma abordagem da história transnacional com um olhar que parte do sul periférico, a qual busca compreender como regimes democráticos com sérias limitações deixaram de surgir apenas em países latino-americanos e tomaram conta de países no centro do capitalismo.

Trata-se de uma perspectiva original e provocante, distinta da de um autor com bastante repercussão no meio acadêmico como Timothy Snyder, o qual almeja entender o avanço do autoritarismo e da extrema direita nos Estados Unidos e da Europa ocidental a partir do leste europeu, especialmente da Rússia depois da queda do comunismo (SNYDER, 2018). A contribuição de Finchelstein se faz por meio de apurados comentários a respeito de livros e artigos de excelente qualidade, bem como de discursos políticos de diversos intelectuais e líderes.

Na questão do fascismo, o autor contesta, particularmente, interpretações presentes nas obras de historiadores como Robert Paxton, Roger Griffin, George Mosse e Stanley Paine. Para ele, estes últimos sustentam um modelo eurocêntrico do fascismo que destaca o mimetismo e a falta de ação de interventores não europeus. Em outras palavras, fascistas argentinos, japoneses ou indianos não seriam fascistas em função de um modelo interpretativo que insiste em trajetórias históricas nacionais. Tal perspectiva é entendida

por Finchelstein como conservadora e portadora ela própria de um fundo nacionalista. Nesse sentido, a história transnacional do fascismo tem a ver não apenas com transferências, como também com elementos que nunca puderam ser transferidos em função de histórias nacionais específicas. Essa abordagem de Finchelstein é provocante e inovadora.

De todo modo, é importante lembrar que perspectivas semelhantes já estavam disponíveis. Seguindo a trilha aberta por Maria Sylvania de Carvalho Franco, ao contestar tradicional interpretação de que muitas ideias estão "fora do lugar" no Brasil, Maria Helena Capelato escreveu importante trabalho comparativo entre a propaganda política no varguismo e no peronismo. Segundo ela, ideias fascistas circularam tanto no Brasil quanto na Argentina, tendo sido relidas e adaptadas nesses dois países (CAPELATO, 2009). A ousadia de Finchelstein reside, porém, em sustentar que é possível utilizar o conceito de fascismo para os passados das sociedades brasileira e argentina.

Elemento central da caracterização do fascismo pode ser percebido no uso da violência política. Para o autor, não há verdadeiro fascismo sem um inimigo existencial e absoluto do povo e a sua consequente perseguição política. E tais princípios, bem como práticas neles baseados, surgiram em várias partes do globo, dado que o fascismo é entendido como "uma ideologia mundial com movimentos e regimes nacionais" (FINCHELSTEIN, 2019, p. 37). Tratava-se de uma força contrarrevolucionária moderna, ultranacionalista, antiliberal e antimarxista, situada à extrema direita do espectro político. Seu objetivo central era destruir a democracia a partir de dentro para criar uma ditadura do topo para a base. Seus adeptos propunham um Estado totalitário no qual a pluralidade e a sociedade civil seriam silenciadas; tanto o Estado de Direito como as distinções entre o público e o privado, abolidos; e os jornais e jornalistas independentes, proibidos.

Como consequência, a história e a verdade de bases empíricas foram substituídas pelo mito político. À sua frente, emergiam formas messiânicas e carismáticas de liderança que se atribuíam o papel

de representar o povo melhor do que ele próprio. Diante dessas questões, o leitor familiarizado com o noticiário político recente talvez se alarme com o avanço de posições semelhantes nos cenários políticos nacional e internacional. E esse parece ser o objetivo do autor: alertar-nos a respeito do surgimento de um fenômeno similar no presente.

O livro de Finchelstein traz certa ambiguidade quando trata do surgimento do fascismo no século XX. Chega a afirmar que ele foi "produto de uma crise econômica do capitalismo e de uma concomitante crise de representação democrática" (2019, p. 37), ao referir-se à crise iniciada com a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929. Por outro lado, assevera que é possível vislumbrar sua emergência nas trincheiras da Primeira Guerra Mundial, antes mesmo de receber o nome de fascismo na Itália em 1919. Esta última interpretação sobre o marco inicial do fenômeno parece ser mais rica ao identificar o surgimento da coisa antes do nome, dado que ideias e práticas políticas anti-iluministas que pretendiam aniquilar o outro por meio da violência já circulavam antes dos camisas negras oficializarem suas ações na Itália. A crise de 1929 e a Grande Depressão, portanto, não parecem ter criado o fascismo, e sim tê-lo impulsionado em meio ao descrédito que lançaram sobre as instituições e os regimes liberal-democráticos. Brasil, Japão, Argentina, Índia e França tiveram movimentos fascistas, ainda que em cada localidade estes últimos possam ter recebido uma denominação diferente: nazismo na Alemanha, nacionalismo na Argentina e integralismo no Brasil.

No fundo, tais movimentos, cada um a seu modo, faziam parte de uma revolução antidemocrática transnacional, caracterizada por ser antidemocrática, racista e de direita. Todavia, seu caráter nacionalista parece confundir muitos analistas. Não é o caso de Reto Hofmann, historiador do fascismo japonês, para quem o fascismo "vestia um arco-íris de camisas": verdes no Egito, azuis na China, cinzentas na Síria, laranjas na África do Sul, douradas no México, além dos clássicos castanho na Alemanha e preto na Itália. Tratava-se, na verdade, de adaptações nacionais

de uma "ideologia mundial", ou seja, movimentos transnacionais que eram profundamente nacionalistas. Não há contradição nessa afirmação, uma vez que a maior parte dos fascistas advoga um modelo fascista de internacionalismo. Por exemplo, para os fascistas colombianos, os Leopardos, não havia "inimigos à direita".

Tais observações são muito pertinentes para a renovação dos estudos da história do fascismo, à luz de um mundo globalizado cujas diferentes regiões e sociedades mostram-se amplamente interdependentes. Este tipo de história, que busca regularidades em escala internacional, entretanto, corre o risco de cometer generalizações. Finchelstein sustenta que o fascismo era uma espécie de modernismo "reacionário" (2019, p. 59). No caso específico do nazismo, porém, é possível problematizar essa perspectiva, pois, apesar de seu apreço por um passado idealizado e pela vida camponesa tradicional, possuía igualmente uma dimensão industrial e tecnológica. A indústria militar e paramilitar, a produção de aço e as "fábricas da morte", representadas pelos campos de concentração, indicam essa valorização do progresso tecnológico pelos nazistas (LÖWY; SAYRE, 2015, p. 94).

A segunda parte do livro de Finchelstein é dedicada ao estudo do populismo. Para ele, o primeiro regime populista da história surgiu na Argentina, após a Segunda Guerra Mundial, sob a liderança de Perón, e depois se espalhou para outras partes da América Latina e do mundo, inclusive para a Europa Ocidental e os Estados Unidos, outrora tidos por muitos como imunes a tal fenômeno. Tratar-se-ia de algo distinto do fascismo por se apoiar em eleições periódicas como fonte de legitimação do poder e na existência de algumas instituições democráticas: uma democracia autoritária, com fraco apego ao Estado de Direito, à separação dos poderes e à imprensa independente, mas que renega, na prática, a ditadura.

Por outro lado, pensando em continuidades, teria mantido e reelaborado o legado anti-iluminista do fascismo ao escorar-se em líderes carismáticos que atacam seus inimigos políticos e opositores, em franca negação do pluralismo. As lideranças populistas consideram-se a en-

carneação do povo, confundido com as maiorias eleitorais. Mais do que isso, afirmam saber melhor do que o povo o que o povo realmente precisa e almeja. Escoram-se em um nacionalismo extremado e apresentam as vitórias eleitorais como momentos de fundação ou refundação da sociedade. Tais indivíduos se apresentam como os defensores da verdadeira democracia, em oposição ao que consideram ser o governo das elites dirigentes ou formas reais ou imaginárias de tirania (a União Europeia, o Estado paralelo ou profundo, o império, o cosmopolitismo, a globalização, os golpes militares etc.). Como faz no caso do fascismo, Finchelstein defende a funcionalidade do conceito de populismo para a compreensão de movimentos e de regimes responsáveis pela erosão de sistemas democráticos em várias partes do globo: ainda que haja variações nacionais, um substrato comum poderia ser notado em diversos grupos ou regimes democráticos autoritários.

Em sua opinião, o conceito de populismo abarca desde a extrema esquerda até a extrema direita do espectro político. Assim, figuras como os Kirchner na Argentina e Hugo Chaves na Venezuela fariam parte de um mesmo fenômeno que inclui Marine Le Pen na França, Recep Tayyip Erdogan na Turquia, Geert Wilders na Holanda e Donald Trump nos Estados Unidos. Exemplos clássicos são ainda apontados em Perón na Argentina e Vargas no Brasil. Segundo Finchelstein, o segundo governo Vargas, na década de 1950, foi essencialmente populista. Assim como Perón, teria reelaborado elementos de um regime ditatorial anterior para um novo contexto democrático, além de ser contrário ao liberalismo político e econômico e anticomunista. Suas orientações políticas estariam baseadas na "manipulação das classes trabalhadoras e uma interpretação perceptiva e meio de exprimir e agir de acordo com as preocupações das mesmas" (2019, p. 151).

Esta interpretação mostra a vinculação de Finchelstein a análises bastante criticadas na historiografia brasileira nos últimos anos, as quais pressupõem uma falta de consciência de classe ou adesão dos eleitores brasileiros apenas ao

personalismo de líderes como Vargas. Em outra direção, porém, diversos historiadores questionaram o conceito de populismo no Brasil, não apenas por ser pouco preciso ao ser empregado sobretudo para atacar o outro na política, como também por não admitir o atendimento de interesses efetivos do eleitorado pelos líderes tidos como populistas (FERREIRA, 2001).

Finchelstein assevera que existem aqueles que aderem ao modelo de democracia liberal e, assim, descrevem frequentemente o populismo como uma patologia, ao passo que estudiosos que simpatizam com a democracia radical inclinam-se a entender o populismo como uma força saudável e até emancipadora, capaz de reforçar a representação política. Criticar o populismo como conceito, a meu ver, não se enquadra nesta última tendência, pois as lideranças e os regimes tratados como populistas possuíam características autoritárias. O segundo governo Vargas preservou a estrutura sindical corporativista surgida durante a ditadura do Estado Novo e era notadamente anticomunista. Porém, abriu igualmente espaço para uma participação política efetiva de amplas parcelas do eleitorado brasileiro.

Em outras palavras, concordo com Finchelstein quando esse afirma que há uma difusão transnacional de modelos autoritários de democracia. Contudo, penso que populismo não se configura como um conceito para a compreensão de tal fenômeno, dado que deixa de lado a capacidade de eleitores em ampliar sua representação política diante de líderes apontados como populistas. De qualquer forma, os acontecimentos recentes no Brasil e no mundo, seja com a eleição de Bolsonaro ou de Trump, chamam atenção para a necessidade de os historiadores conferirem um peso maior à análise das continuidades de elementos autoritários no passado, e não apenas ao aumento da participação política do eleitorado.

O livro de Finchelstein chega em boa hora ao Brasil, em momento em que as instituições democráticas estão sendo rapidamente solapadas por dentro pelo governo Bolsonaro. Em entrevista à *Deutsche Welle Brasil*, o autor classifica este último como populista de extrema direita com compor-

tamentos fascistas, por fazer uso da mentira, da glorificação da violência e da discriminação das minorias. Entretanto, pensa que Bolsonaro talvez nunca venha a ser o fascista que gostaria de ser, em razão de não encontrar ainda condições para suprimir o Judiciário nem a imprensa (FINCHELSTEIN, 2020). Entretanto, seguindo a análise do autor por outro ângulo, Bolsonaro ainda pode dar contornos ao seu governo que o aproximariam de modelos históricos de movimentos e regimes fascistas, caso ganhe mais força e os grupos pró-democracia não consigam formar alianças para detê-lo. Em tempos em que a ciência e a história são postas em xeque por forças antidemocráticas, tal possibilidade poderia ser encarada a partir de um dos ensinamentos do livro de Finchelstein, o de que o fascismo é completamente entrópico. Segundo ele, o fascismo acaba quando alcança seu imperativo ideologicamente sagrado da violência. Um exemplo disso pode ser encontrado nas decisões de Hitler quando seus exércitos começaram a sofrer derrotas na frente oriental e ele então os sacrificou sem se importar com a lógica militar.

Por aqui, o caráter entrópico do governo Bolsonaro se materializa antes mesmo de ele consolidar um regime de caráter fascista: número recorde de queimadas, violência policial generalizada (sobretudo contra a população negra), números alarmantes de mortes durante a pandemia, supressão de direitos, ataques seguidos à imprensa e ao Judiciário, entre outros fatores. E o aumento recente de sua popularidade nas pesquisas de opinião confere novo ímpeto para sua cruzada antidemocrática. Qual seria o potencial de destruição de suas ações em uma eventual evolução de seu governo para um regime semelhante ao fascismo? O livro de Finchelstein é leitura fundamental não apenas para historiadores e cientistas sociais, mas também para todos os cidadãos interessados em evitar que esse cenário sombrio se concretize.

Referências

CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FINCHELSTEIN, Federico. Bolsonaro talvez nunca será o fascista que gostaria de ser. *Deutsche Welle Brasil*, [S. l.], 19 jun. 2020. Disponível em: <https://p.dw.com/p/3e1kU>. Acesso em: 19. jun. 2020.

LÖWY, Michael; SAYRE, Robert. *Revolta e melancolia*. São Paulo: Boitempo, 2015.

SNYDER, Timothy. *Na contramão da liberdade: a guinada autoritária nas democracias contemporâneas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Jefferson José Queler

Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em Campinas, São Paulo, Brasil; professor da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), em Mariana, MG, Brasil.

Endereço para correspondência

Jefferson José Queler
Universidade Federal de Ouro Preto
ICHS, Rua do Seminário, s/n
Centro, 35420-000
Mariana, MG, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação do autor antes da publicação.